

Belo Horizonte 20 de agosto de 2021

Senhor(a) Deputado(a)

Cumprimentos cordiais.

A **FRENTE MINEIRA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO**, coletivo que congrega mais de 100 entidades sindicais e associativas, de trabalhadores, servidores públicos e movimentos populares, apela a Vossa Excelência e pede a REJEIÇÃO da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

Sabemos que o diagnóstico que sustenta essa Proposta, seja o estudo divulgado pelo Banco Mundial assentado em dados tendenciosos, sejam os levantamentos e afirmações do governo federal que constam da exposição de motivos desta PEC, são falaciosos, alguns até falsos.

Por tudo que as entidades e organizações de servidores, embasadas em informações fidedignas, documentos elaborados com rigor científico, análises e estudos enviados aos parlamentares e levados a audiências públicas e inúmeros seminários virtuais, está claro que as motivações verdadeiras dessa Reforma são opostas ao interesse público.

E se o diagnóstico é falso e as motivações não republicanas, o que dizer do conteúdo da PEC 32?

A Proposta visa desmontar a Administração Pública, tornando os serviços públicos um nicho de bons negócios para parceiros apadrinhados e cabos eleitorais. Empresas privadas, cujo objetivo é o maior lucro, não estão obrigadas à universalidade da prestação de serviços públicos essenciais, tampouco se vinculam a princípios como legalidade, moralidade, impessoalidade, transparência e eficiência. Para os negócios privados, tudo depende da conveniência, pois acima de tudo está a rentabilidade.

Poderíamos lembrar, mais uma vez, que 7 de cada 10 brasileiros dependem exclusivamente do SUS, mas não é só isso, as ações do SUS afetam todo o conjunto da população brasileira, pois a vigilância sanitária e epidemiológica, o saneamento básico, o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde e até mesmo a fiscalização e a inspeção de alimentos e de medicamentos são atribuições do Sistema de Saúde. O mesmo se pode dizer das escolas, institutos e universidades públicas.

Atividades que afetam os interesses da nação, como a fiscalização tributária, ambiental e do trabalho, segurança, receita, justiça e previdência, agências reguladoras, tudo isso tende a passar para as mãos de gestores comprometidos com os favores do poder político eventual, deixando de ficar sob a responsabilidade de profissionais comprometidos com a população.

Estamos certos de que esses argumentos já são do conhecimento de todos os parlamentares, pois têm sido denunciados frequentemente. Então, se aprovada a PEC 32, não terá sido por desconhecimento daqueles que têm a responsabilidade de defender a

